

Terras indígenas inundadas no Xingu

O Complexo Hidrelétrico do Xingu, no Pará, beneficiará as indústrias do Sudeste, sedentas de energia elétrica. Isto significará a desgraça para sete povos indígenas que habitam a região. A "Campanha Xingu", lançada no dia nove, no Instituto de Física, exige que hidrelétricas não sejam construídas.

Sete povos indígenas estão ameaçados, direta e indiretamente, pela implantação do Complexo Hidrelétrico de Altamira, no Pará. O projeto faz parte de um "gigantesco plano de aproveitamento da bacia do Rio Xingu". Nenhum destes sete povos — Juruna, Arara, Kararaó, Xicrin, Asurini, Araweté e Parakanã — foi consultado sobre a obra, que inundará totalmente ou em parte seus territórios. Outros efeitos da construção das barragens serão o deslocamento de várias de suas aldeias, as pressões migratórias, grilagem por parte de grandes projetos mineradores e agroindustriais, ocupações clandestinas, garimpagem, extração de madeira, e a injeção desordenada de recursos financeiros por intermédio das indenizações administradas geralmente de forma desastrosa pela Fundação Nacional do Índio (Funai). E não foi por falta de tempo que a empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A — Eletronorte não avisou os povos indígenas. Desde 1975, a empresa, subsidiária da estatal Eletrobrás (Centrais Elétricas do Brasil S/A), estuda e planeja o aproveitamento hidrelétrico do Rio Xingu.

Esta situação desastrosa para os índios levou a Comissão Pró-Índio (CPI) de São Paulo, a lançar a Campanha Xingu, no último dia nove, no anfiteatro Abraão de Moraes do Instituto de Física da USP. Além de debates sobre a política energética brasileira, os impactos ambientais das hidrelétricas do Xingu e a mobilização popular frente às grandes barragens, foi lançado o livro, organizado pela CPI, "As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas". Ele é um verdadeiro dossiê com artigos de antropólogos, ecólogos, advogados, engenheiros, arquitetos, físicos e cientistas sociais. Entre outros assuntos, são abordados aspectos tecnológicos da questão, propostas alternativas à política energética, efeitos ecológicos das barragens e um histórico dos povos indígenas da região.

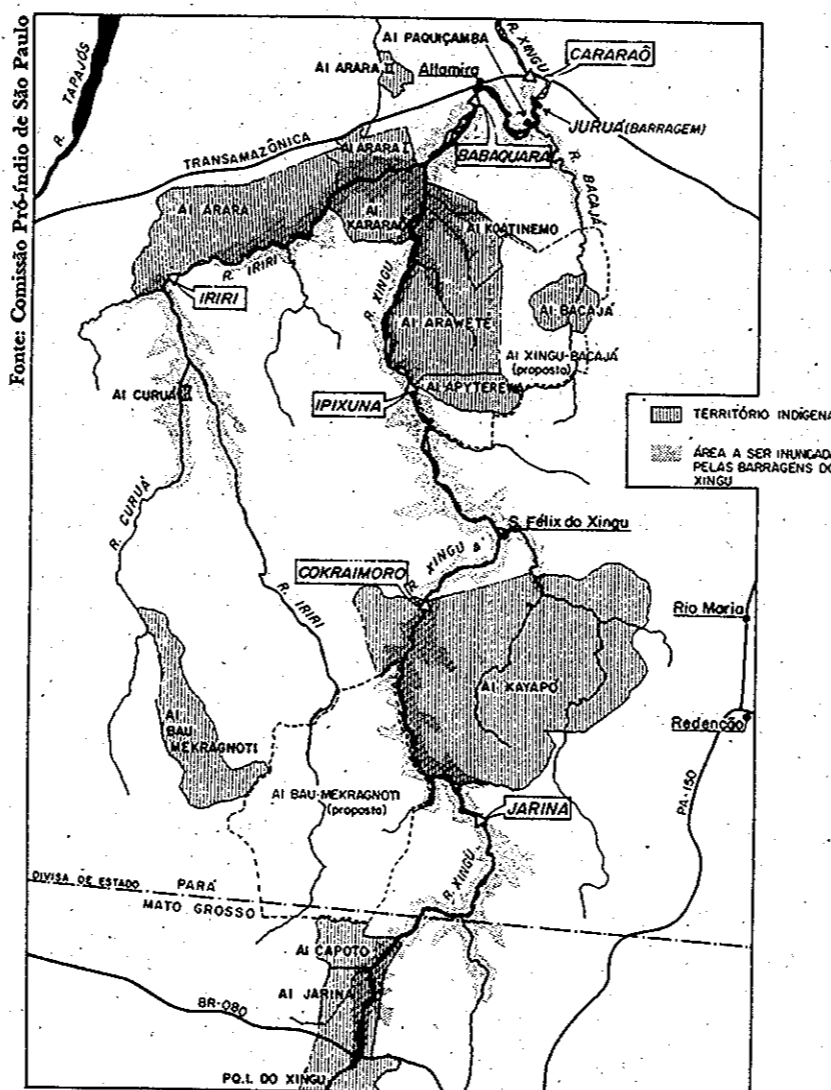
A grande imprensa não noticiou os debates, com exceção da TV Manchete e da TV Gazeta. Mesmo assim, Leinad Ayer de O. Santos, da CPI-SP, acredita que "a grande imprensa vai ficar do

nosso lado". Segundo ela, a Campanha Xingu já reúne seis entidades. "Queremos envolver a sociedade civil em uma pressão sobre o Congresso Nacional a fim de que este rejeite o aproveitamento dos recursos hídricos das terras indígenas do Xingu." A campanha defende a paralisação dos estudos e trabalhos da Eletronorte, para uma rediscussão de todo o projeto de aproveitamento hidrelétrico da bacia do Xingu. Esse debate seria feito no âmbito do Congresso Nacional, com a participação dos índios, da população regional atingida e dos mais diversos setores da sociedade civil.

Índio não é tartaruga

Segundo Leinad, "os povos indígenas não podem ser confundidos com florestas ou tartarugas, como faz o projeto da Eletronorte, ao encerrar os índios como um problema ambiental para a construção das barragens do Xingu, tirando o seu ser político. Os direitos dos índios não dependem de seu valor ecológico, mas de sua condição de grupos humanos social e culturalmente diferenciados no Brasil".

"Definir a relação entre as obras do Complexo de Altamira e as sociedades indígenas como uma relação de impacto ambiental é um modo ingênuo ou hipócrita de esquecimento da dimensão política do processo", afirmam o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e a cientista social Lúcia de Andrade em um dos artigos do relatório da CPI-SP. Eles entendem que a implantação das hidrelétricas criará condições para o estabelecimento de infraestrutura, possibilitando a ocupação da área por grandes projetos mineradores e agroindustriais. Isto valorizará as terras da região, levando ao confinamento dos índios que ali vivem. Dentro dessa dinâmica de desenvolvimento regional integrado, com a injeção de recursos financeiros, via Funai, o resultado é a articulação de uma dependência econômica máxima das comunidades indígenas. Assim, abre-se o caminho da integração desses povos na sociedade nacional. "Isto é, sua sujeição, como se fossem nações inimigas vencidas na guerra, e não partes



integrantes da sociedade brasileira, com direitos históricos originários sobre as terras que ocupam. Terras estranhas à lógica da mercadoria individual e alienável. Terras que não são, também, simplesmente meio de produção para uma forma econômico-social específica, mas, sobretudo, territórios: espaços políticos e simbólicos indispensáveis e insubstituíveis, condições a priori da existência desses povos", afirmam os pesquisadores.

José Alberto Gonçalves Pereira

Os povos ameaçados

Estes são os povos indígenas ameaçados pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu, especialmente em sua primeira fase de implantação, com a construção das Usinas de Cararaó e Babaquara:

Juruna — Tendo cerca de 100 pessoas, a situação fundiária de seu território não está regularizada. Os Juruna são os mais ameaçados pela construção das Usinas de Babaquara e da Barragem do Juruá, que inundará grande parte de sua área.

Arara — Duas aldeias com um total de 86 habitantes. A área sul, onde se concentram os esforços de demarcação e expulsão dos invasores, é a mais ameaçada de inundações.

Kararaó do Rio Iriri — Subgrupo Kayapó que mais sofreu com a desastrosa "pacificação". A Hidrelétrica de Babaquara inundará 70% de seu território.

Xicrin do Rio Bacajá — Grupo Kayapó, pertencente ao tronco lingüístico Jê. Enquanto as terras dos Xicrin localizadas no Trinchira serão inundadas pela Barragem do Juruá; a aldeia do Posto Indígena Bacajá, sofrerá impactos indiretos, como pressões

populacionais em direção às terras indígenas.

Asurini — Esses índios sofrem uma redução demográfica desde antes de serem contatados, pairando sobre eles a ameaça de extinção. A população atual conta 59 indivíduos, tendo chegado a 52, em 1982. A inundação de suas terras será fatal para a existência dos Asurini como povo.

Araweté — Povo Tupi-Guarani de 168 pessoas que habitam uma só aldeia junto ao Posto Indígena IPIXUNA. Três ameaças pesam sobre eles: a inundação de parte do seu território; a implantação do Projeto Carajás; e a aproximação das atividades mineradoras e agropecuárias de sua área.

Parakanã — Os Parakanã, de língua Tupi-Guarani, tiveram parte de suas terras inundadas pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Agora com a construção do Complexo do Xingu, todos os aldeamentos serão atingidos, direta ou indiretamente.

Além desses sete povos, os índios Xipaia e Curuaia terão seu território inundado pela construção de uma usina hidrelétrica no rio Iriri.

(JAGP)

"Sem terra, o índio não vive"

No lançamento da Campanha Xingu no Instituto de Física da USP, um dos depoimentos que melhor exemplificou o drama dos atingidos por barragens na Amazônia foi o do índio Payaré Gaviões. Ele é uma liderança dos Gaviões da Montanha, forçados a abandonar seu território durante a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

"Somos gente. Não somos bicho. Meu território está debaixo d'água. É triste o sofrimento do índio. O governo não consulta o índio para construir a barragem na terra do índio. Não precisamos de luz.

Não sei por que o governo criou a Funai. Ela nunca explicou os prejuízos, só tem interesse em ganhar dinheiro para pôr no seu bolso. É um dever do índio não concordar com a construção da barragem.

Para mim, dinheiro nenhum paga o índio. A vida do índio é a terra. A empresa dizia: deixa a mata por conta de nós, pois nós vamos pagar por folha. Eu confiava naquela conversa. Prometeram para mim uma casa de luxo e dinheiro para o resto de minha vida. E não me pagaram. Se eu embargava as obras da Eletronorte,

ela dizia que me amarrava e me punha pra fora.

E agora, o índio vai viver sobre a água? Não somos bicho, somos gente também. Fico preocupado com os irmãos que não sabem como vai ser a construção de uma barragem, as doenças que traz. Vou levar a Eletronorte pra justiça, porque ela tem uma dívida comigo.

Sem terra, o índio não vive. A terra queremos deixar pra nossos filhos e netos. Minha área foi toda inundada: o castanhal, a madeira de lei, tudo inundado.

(JAGP)